



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura

ANEXO X -
NORMAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS CONTRATADAS

1 - OBJETIVO:

Disciplinar a aplicação da Legislação vigente sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, estabelecendo Normas e Procedimentos para empresas contratadas.

2 - CONDIÇÕES GERAIS

2.1 - SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SESMT

A Contratada deverá dimensionar seu SESMT conforme o Quadro II da NR-4, tomando como referência o grau de risco “3”. Nos casos em que a Contratada não for legalmente obrigada a manter profissional especializado conforme o Quadro II, deverá a mesma contratar um profissional de Segurança do Trabalho (engenheiro ou técnico) para fazer um plano de Segurança do Trabalho anual para ser cumprido.

2.2 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

A Contratada deverá implantar e dimensionar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, conforme estabelecido pela NR-5. A documentação referente às atividades da CIPA deverão ser enviadas à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF, a saber:

- Ata de eleição e posse da CIPA;
- Calendário anual de reuniões;
- Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, e
- Cópias dos certificados do “Curso para Membros da CIPA”.

2.3 – SUPERVISÃO NAS FRENTES DIÁRIAS DE TRABALHO

A Contratada deverá manter durante toda a jornada de trabalho, supervisionando diretamente as frentes de serviço, um técnico de segurança do trabalho, às suas

expensas, em atendimento à NR-4 do Ministério do Trabalho e Emprego (Quadro II, alterado pela Portaria SSMT n.º 34, de 11 de dezembro de 1987).

2.4 – ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO

Antes de executar qualquer serviço que envolva risco elétrico e/ou serviço em altura, a CONTRATADA deverá elaborar a ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO (APR), conforme modelo de APR sugerido no Anexo III-A. Eventuais modificações no modelo de APR do Anexo III-A poderão ser sugeridas pela CONTRATADA, caso esta as julgue necessárias.

2.5 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

O Equipamento de Proteção Individual deve ser o último recurso utilizado pela empresa para controle de um risco, devendo antes de adotá-lo, tentar corrigir as condições não padronizadas com adoção de proteções coletivas seguras. A Contratada, de acordo com a NR-6, deve fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI's necessários e adequados à execução dos serviços com segurança bem como exigir o seu uso, substituí-los quando danificados ou extraviados e fazer a sua manutenção e higienização periódica.

Todo EPI deve possuir o C.A. - Certificado de Aprovação, emitido pelo Ministério do Trabalho, que deve estar gravado de forma indelével em seu corpo.

2.5.1 - OBRIGAÇÃO DOS TRABALHADORES

- a) Usar os Equipamentos de Proteção Individual apenas para a finalidade a que se destina;
 - b) Responsabilizar-se pela sua guarda e conservação, bem como executar inspeção diária, solicitando reposição do EPI quando este estiver impróprio para o uso;
 - c) A não observância ao uso dos E.P.I's; poderá acarretar ao trabalhador as seguintes punições (ART. 482 - C.L.T.):
 - Primeira vez - advertência
 - Segunda vez - suspensão
 - Terceira vez - demissão por justa causa
- Nota:

Durante a execução de qualquer tarefa, os eletricitistas não devem portar objetos metálicos de uso pessoal, como relógios, pulseiras e cordões. Recomendações deste gênero deverão ser atendidas também para outras categorias de profissionais, conforme norma específica do Ministério do Trabalho.

2.5.2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Adquirir o tipo adequado de EPI à atividade do empregado;
- b) Treinamento do empregado quanto ao uso correto do EPI;
- c) Tornar obrigatório o seu uso adotando política de consequências descrita no sub-item 3.4.1, letra c, acima;
- d) Substituir os equipamentos inservíveis à finalidade a que se destinam;
- e) Proporcionar meios para a realização de testes e manutenção periódica dos EPI's.

2.6 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

Quando da ocorrência de acidentes com lesões pessoais ou fatais, a Contratada deverá adotar o seguinte procedimento:

1. Comunicar à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF da UFJF, imediatamente.
2. Providenciar a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT e registrá-la no posto do INSS.
3. Preencher o formulário "Comunicação de Acidente do Trabalho – Empreiteira" e enviar ao à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF até o 1º dia útil após o acidente.
4. Fazer a investigação do acidente enviando cópia do relatório, no prazo de 10 dias, à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF.

Quando da ocorrência de acidente com danos materiais (veículos, equipamentos, etc.) ou acidentes com alto potencial de risco (energizamento acidental, falha em manobra, etc.), a Contratada deverá tomar as seguintes providências:

- a) Comunicar imediatamente à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF.
- b) Promover a investigação do ocorrido, e encaminhar relatório conclusivo à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF.

2.7 - PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À GERÊNCIA DE SAÚDE do Trabalhador – SIASS/UFJF:

- a) Uma via da Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT) enviada ao INSS: Até 24 horas após a ocorrência.
- b) Relatório de Investigação de Acidente do Trabalho : Até o 10º dia útil após a ocorrência.
- c) Relatório Mensal de Empresa Contratada: Até o 4º dia útil de cada mês.
- d) Atas de Eleição e Posse da CIPA: 10 dias após a posse.
- e) Comunicação de Acidente do Trabalho – Empreiteiro : 1º dia útil após o acidente.
- f) Atas de Reuniões da CIPA: 10 dias após a sua realização.

2.8 - INICIO DE ATIVIDADE

O responsável pelo SESMT da Contratada, ou os empregados designados para representá-la junto à Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF da UFJF, deverão, antes do início das atividades, conhecer os locais típicos de trabalho, acompanhado por um profissional da área de Segurança da UFJF.

Todos os funcionários recém-admitidos da Contratada deverão receber treinamento de integração, antes de iniciar suas atividades, devendo este ser registrado em livro próprio. A integração deverá ser ministrada por funcionário qualificado da própria Contratada.

A Contratada deverá promover treinamento de aperfeiçoamento profissional e de segurança do trabalho para seus empregados, bem como liberá-los para atividades preventivas, quando solicitado pela Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF.

3 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1 - CONDIÇÕES BÁSICAS

As empresas contratadas devem atender integralmente a três condições relativas a :

- 3.1.1 - Capacitação da mão de obra
- 3.1.2 - Qualidade da mão de obra
- 3.1.3 - Plano de Segurança e Saúde

3.1.1 - CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA

a) Todos empregados que exercem função em área de risco elétrico, trabalhos em altura, devem estar qualificados de acordo com o que dispõem as seguintes normas:

- NR-10 - Instalações e serviços em eletricidade, da Portaria 3214/MTb/78.
- NR-35 - TRABALHO EM ALTURA, Portaria SIT n.º 313, de 23 de março de 2012.

b) Os cursos de capacitação devem atender integralmente aos programas mínimos estabelecidos pela UFJF, de forma a capacitar os empregados de acordo com as atividades que irão desenvolver.

c) Os cursos de capacitação devem ser ministrados por instituições de ensino idôneas e de reconhecida capacidade técnica, após a respectiva avaliação da UFJF, às expensas da Contratada.

3.2 - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

a) A Contratada deve elaborar, anualmente, um Plano de Segurança e Saúde, com ações que visem preservar a integridade física e mental dos empregados. O Plano deve ser elaborado por um profissional de segurança do trabalho, registrado no Ministério do Trabalho ou CREA.

b) A Contratada deve submeter o Plano de Segurança e Saúde à análise da UFJF visando sua aprovação, antes do início da execução dos serviços e anualmente, podendo a mesma propor modificações, adequações e correções. A UFJF poderá, durante o período de vigência do contrato, solicitar alterações no Plano de Segurança e Saúde.

c) É de responsabilidade da Contratada a execução integral do Plano de Segurança e Saúde, assessorada por um Profissional de Segurança do Trabalho.

d) Cabe a UFJF supervisionar a execução do Plano de Segurança e Saúde da Contratada, através da Gerência de Saúde do Trabalhador – SIASS/UFJF, assessorado por profissional de segurança do trabalho.

e) O Plano de Segurança e Saúde deve ser elaborado de forma a atender plenamente todas as Normas Regulamentadoras da Portaria 3214/MTb/78, Normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, Normas e Orientações emitidas pela UFJF e outros documentos pertinentes.

f) O Plano de Segurança e Saúde deve ser composto por ações. Cada ação deve explicitar o seu objetivo, período em que vai ser realizada, quem será o responsável

pela sua execução, em que lugar vai ser realizada, quem deve participar e recursos necessários.

g) O Plano deve prever, no mínimo, uma Campanha Prevencionista para cada tema abaixo, distribuídas mensalmente durante o período de um ano. Cada tema é considerado uma ação.

- Uso e conservação de EPI's e EPC's
- Segurança em eletricidade
- Combate a princípio de incêndio
- Primeiros socorros
- Prevenção contra AIDS
- Segurança no trânsito
- Alcoolismo e drogas
- Movimentação, transporte e armazenamento de materiais
- Sinalização e demarcação de áreas e equipamentos
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT

h) Além das ações do item anterior, o Plano deve prever ações efetivas para cada tema:

- Inspeção de segurança mensal (veículos, ferramentas, EPI's, EPC's, materiais, etc.)
- Acompanhamento semanal de equipes (no campo)
- Mapeamento de risco – NR 5
- Dinamização das CIPA's
- Elaboração de estatística mensal de acidentes
- Diálogo Diário de Segurança – DDS
- Análise Prevencionista de Tarefa - APT
- Planejamento e supervisão
- Cinco Passos da Segurança
- Choque elétrico / ressuscitação cárdio-respiratória
- Aterramento temporário de redes